

**Roberto Papini**

Assessor Jurídico da Bolsa de Valores de Minas Gerais, Espírito Santo e Brasília

Ex-Professor da Faculdade de Direito Milton Campos

Ex-Consultor Jurídico da Comissão Nacional de Bolsas de Valores

# **SOCIEDADE ANÔNIMA E MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

6<sup>a</sup> EDIÇÃO



Belo Horizonte

2020



Copyright © 2020 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora. Impresso no Brasil | Printed in Brazil

EDITORA DEL REY LTDA.

[www.editoradelrey.com.br](http://www.editoradelrey.com.br)

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza  
*In memoriam*

Diagramação: Christiane Moraes de Oliveira

Capa: JP Designer

Revisão: Responsabilidade dos autores

CONSELHO EDITORIAL:

Alice de Souza Biralch  
 Antônio Augusto Cançado Trindade  
 Antonio Augusto Junho Anastasia  
 Antônio Pereira Gaio Júnior  
 Aroldo Plínio Gonçalves  
 Carlos Alberto Penna R. de Carvalho  
 Dalmar Pimenta  
 Edelberto Augusto Gomes Lima  
 Edésio Fernandes  
 Felipe Martins Pinto  
 Fernando Gonzaga Jayme  
 Hermes Vilchez Guerrero  
 José Adércio Leite Sampaio  
 José Edgard Penna Amorim Pereira  
 Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior  
 Misabel Abreu Machado Derzi  
 Plínio Salgado  
 Rénan Kfuri Lopes  
 Rodrigo da Cunha Pereira

EDITORA DEL REY

Rua dos Goitacazes, 71 – Lojas 20 a 24  
 Centro – Belo Horizonte - MG  
 CEP 30190-909  
 Tel.: (31) 3284-3284 | 2516-3340  
 vendas@editoradelrey.com.br  
 editorial@editoradelrey.com.br

**P217s Papini, Roberto.**

Sociedade Anônima e Mercado de Valores Mobiliários / Roberto Papini; Prefácio de André Lemos Papini. - 6. ed. - Belo Horizonte, MG : Editora Del Rey, 2020.  
 556 p.; 15,5x22,5 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5791-016-0

1. Ações. 2. Debêntures. 3. Sociedades Anônimas. 4. Valores Mobiliários. I. Título. II. Assunto. III. Papini, Roberto.

20-990680018

CDD 332.6322  
 CDU 334.722.8

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Mercado de valores mobiliários; Investimentos, ações, títulos diversos.
2. Empresas de sociedade anônima.

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I – PRINCÍPIOS SOBRE A DISCIPLINA LEGAL ACIONÁRIA.....</b>	<b>1</b>
1.1 Exposição sobre a Reforma do Direito das Sociedades Anônimas de 1976: Causas e Objetivos.....	1
1.2 Alterações introduzidas na Lei das Sociedades Anônimas ao longo de sua vigência.....	5
<b>CAPÍTULO II – O MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS.....</b>	<b>13</b>
2.1 Conceito .....	13
2.2 Funções básicas do mercado de valores mobiliários .....	13
2.3 Características .....	13
2.4 Disciplina Normativa do Mercado de Valores Mobiliários .....	14
2.4.1 Ampliação do Conceito de Valor Mobiliário no Direito Brasileiro.....	18
2.5 Instituições que Gravitam no Mercado de Valores Mobiliários.....	19
2.5.1 Conselho Monetário Nacional.....	19
2.5.2 Comissão de Valores Mobiliários .....	19
2.5.3 Sistema de Distribuição do Mercado de Valores Mobiliários .....	27
2.5.4 Sociedades Corretoras de Valores Mobiliários .....	27
2.5.5 Mercados Regulamentados de Valores Mobiliários (Mercados de bolsa e de balcão) .....	28
2.5.5.1 Entidades Administradoras de Mercados Organizados .....	30
2.5.5.1.1 Bolsas de Valores.....	31
2.5.5.1.1.2 Histórico das Bolsas de Valores .....	31
2.5.5.1.1.3 Poder normativo.....	34
2.5.5.1.1.4 Desmutualização das Bolsas .....	36
2.5.5.1.1.5 Autorregulação .....	37
2.5.5.1.1.6 Governança corporativa, segmentos de listagem e novo mercado .....	38
2.5.6 As sociedades Anônimas ou Companhias .....	40
2.5.7 Companhias abertas e fechadas .....	41
2.5.7.1. Companhias abertas e governança corporativa .....	43
2.5.7.1.1 Código brasileiro de governança corporativa.....	43
2.5.7.1.2 Comissão de Valores Mobiliários.....	44
2.5.7.1.3. As práticas recomendadas de governança corporativa e as companhias fechadas .....	44
2.6 Conclusão.....	45

**CAPÍTULO III – SOCIEDADE ANÔNIMA – HISTÓRICO –**

<b>RAZÃO DE SER</b> .....	47
3.1 Histórico.....	47
3.1.1 Privilégio.....	49
3.1.2 Autorização Governamental.....	49
3.1.3 Liberdade.....	49
3.2 Razão de Ser.....	50

**CAPÍTULO IV – CARACTERÍSTICAS E NATUREZA DA SOCIEDADE ANÔNIMA – REFERÊNCIA LEGAL: LEI Nº 6.404/76**

<b>(ARTS. 1º A 4º)</b> .....	53
4.1 Conceito.....	53
4.2 Questão da Responsabilidade dos Sócios nas Sociedades Empresárias.....	53
4.3 Impropriedade da Designação.....	55
4.4 Responsabilidade dos Acionistas em Face do Ato Constitutivo da Companhia.....	56
4.5 Natureza Jurídica das Sociedades Anônimas.....	57
4.6 Características Essenciais.....	58
4.7 Objeto Social.....	58
4.7.1 A Sociedade Anônima no Novo Código Civil.....	59
4.7.2 Definição Estatutária do Objeto.....	61
4.7.3 Participação em Outras Sociedades.....	62
4.8 Denominação.....	64
4.8.1 Proteção da denominação.....	65
4.9 Companhias Abertas e Companhias Fechadas.....	66
4.9.1 Fechamento de Capital (cancelamento de registro de companhia aberta).....	68

**CAPÍTULO V CAPITAL – REFERÊNCIA LEGAL: LEI Nº 6.404/76**

<b>(ARTS. 5º A 10)</b> .....	71
5.1 Conceito.....	71
5.2 Valor.....	72
5.3 Funções Básicas.....	72
5.3.1 Produtividade.....	72
5.3.2 Garantia dos Credores.....	73
5.4 Princípios do Capital.....	73
5.4.1 Determinação.....	73
5.4.2 Efetividade, Correspondência ou Realidade.....	73
5.4.3 Integridade.....	74
5.4.4 Fixidez.....	75
5.4.5 Intangibilidade.....	75
5.5 Formação do Capital Social.....	76
5.5.1 Assembléia Geral dos Subscritores.....	76
5.5.2 Suspeição.....	77
5.6 Incorporação de Bem Imóvel ao Capital.....	77

<b>CAPÍTULO VI – AÇÕES – REFERÊNCIA LEGAL: LEI N° 6.404/76</b>	
<b>(ARTS. 11 A 45)</b> .....	79
6.1 Conceito .....	79
6.2 Natureza Jurídica das Ações .....	80
6.3 Número de Ações .....	81
6.4 Classificação das Ações .....	83
6.4.1 Quanto ao Valor .....	83
6.4.1.1 Valor Econômico das Ações .....	86
6.4.2 Quanto às Espécies .....	89
6.4.3 Ações Ordinárias .....	89
6.4.4 Ações de Fruição .....	89
6.4.5 Ações Preferenciais .....	90
6.4.6 Dividendos .....	92
6.4.7 Dividendos Fixos .....	93
6.4.8 Dividendo Mínimo .....	93
6.4.9 Dividendo Cumulativo .....	93
6.4.10 Norma Supletiva sobre as Vantagens e Preferências das Ações Preferenciais .....	93
6.4.11 Voto das Ações Preferenciais .....	95
6.4.12 Poder de Veto .....	95
6.5 Classe de Ações .....	95
6.6 Formas das Ações .....	96
6.6.1 Ações Nominativas .....	96
6.6.2 Ações Escriturais .....	97
6.7 Algumas Normas Especiais sobre as Ações .....	98
6.7.1 Forma Nominativa para Ações não Integralizadas (art. 21) .....	98
6.7.1.1 Conversibilidade da forma das ações .....	98
6.7.2 Certificado (art. 23) .....	98
6.7.3 Indivisibilidade (art. 28) .....	99
6.7.4 Negociabilidade (art. 29) .....	100
6.7.5 Negociação com as Próprias Ações (art. 30 – Regulamentado pela Instrução CVM/10) .....	100
6.7.5.1 Aquisição das próprias ações pela companhia emissora e o maquinismo jurídico .....	100
6.7.6 Limitação à Circulação das Ações (art. 36) .....	103
6.8 Constituição de Direitos Reais e Outros Ônus .....	103
6.8.1 Penhor ou Caução de Ações .....	103
6.8.2 Alienação Fiduciária em garantia .....	105
6.9 Direito Real de Usufruto na Lei nº 6.404/76 .....	106
6.9.1 Direito Real de Usufruto: Eficácia e Publicidade .....	106
6.9.1.2 Normas Legais .....	106
6.9.2 Usufruto e Direito de Voto (artigo 114 da LSA) .....	107
6.9.3 Usufruto e Direitos Essenciais dos Acionistas .....	109
6.9.3.1 Usufruto e Participação nos Lucros Sociais .....	110

6.9.3.2. Usufruto e Capitalização de Lucros ou Reservas (art. 169, §2º).....	110
6.9.3.3 Usufruto e Pagamento de Dividendos .....	111
6.9.3.4. Direito de Preferência do usufrutuário (artigo 171, §5º).....	111
6.9.3.5 Usufruto e Direito de Participação no Acervo da Companhia, Em Caso de Liquidação .....	113
6.9.3.6 Usufruto e Direito de Retirada .....	113
6.9.3.7 Usufruto e Direito de fiscalizar.....	115
6.10 Resgate, Amortização e Reembolso de Ações .....	116
6.11 Ações super preferenciais .....	120

## **CAPÍTULO VII – PARTES BENEFICIÁRIAS – REFERÊNCIA LEGAL: LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS (ARTS. 46 A 51).....**

7.1 Conceito.....	123
7.2 Histórico .....	123
7.3 Características do Título .....	124
7.4 Emissão das Partes Beneficiárias.....	124
7.5 As Partes Beneficiárias e o Direito de Retirada.....	125
7.6 Prazo de Duração, Resgate e Conversão.....	125
7.7 Forma, Propriedade e Circulação.....	126
7.8 Modificação dos Direitos das Partes Beneficiárias.....	126

## **CAPÍTULO VIII – DEBÊNTURES NA LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS – REFERÊNCIA LEGAL: LEI Nº 6.404/76 (ARTS. 52 A 74).....**

8.1 Regência Legal .....	127
8.2 Características Básicas .....	128
8.3 Razão de seu uso pelas Sociedades .....	129
8.4 Quem pode emitir debêntures .....	132
8.5 Emissão de Debêntures – Providências .....	133
8.5.1 A quem compete autorizar a emissão de debêntures.....	133
8.5.2 Escritura de Emissão de Debêntures .....	134
8.6 Direitos dos Debenturistas .....	136
8.6.1 Remuneração Ou Rendimentos.....	136
8.6.2 Cláusula de Correção Monetária.....	136
8.6.3 Juros.....	136
8.6.4 Participação nos Lucros .....	136
8.6.5 Prêmio de Reembolso.....	137
8.7 Caracterização das Debêntures.....	137
8.7.1 Tipos de Debêntures.....	137
8.7.2 Forma .....	138
8.7.3 Vencimento, amortização e resgate.....	139
8.7.4 Espécies de Debêntures e Garantias .....	140
8.7.5 Debênture com Garantia Real.....	140
8.7.6 Debênture com Garantia Flutuante.....	141
8.7.7 Debênture Subordinada.....	141
8.7.8 Debênture sem Preferência ou Quirografia.....	141

8.7.9 Limite de Emissão .....	142
8.7.10 Quadro Sinóptico.....	142
8.8 Agente Fiduciário dos Debenturistas.....	143
8.9 Assembleia de debenturistas .....	145

**CAPÍTULO IX – NOVOS INSTITUTOS DA LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES – TÍTULOS DE CRÉDITOS E CONTRATOS – REFERÊNCIA LEGAL: LEI Nº 6.404/76 (ARTS. 41 A 43).....**

9.1 Custódia de Ações Fungíveis .....	147
9.1.1 Representação.....	150
9.1.2 Prazo .....	151
9.1.3 Responsabilidade.....	151
9.2 Certificado de Depósito de Ações, Debêntures ou Partes Beneficiárias ...	151
9.2.1 Certificado de Depósito de Ações.....	151
9.3 Bônus de subscrição .....	153
9.3.1 Preferência .....	153
9.3.2 Valor Nominal.....	154
9.3.3 Forma .....	154
9.4 Opção de Compra de Ações .....	155

**CAPÍTULO X – CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA – REFERÊNCIA LEGAL: LEI Nº 6.404/76 (ARTS. 80 A 99) .....**

10.1 Natureza Jurídica do Ato Constitutivo.....	157
10.1.1 Ato Complexo .....	157
10.1.2 Teoria da Instituição .....	158
10.2 requisitos Preliminares.....	158
10.2.1 Fase Pré-constitutiva.....	159
10.2.2 Formas de Subscrição de Capital .....	159
10.2.2.1 Subscrição Particular .....	159
10.2.2.2 Subscrição Pública.....	159
10.3 Formas de Constituição da Companhia – Fase Constitutiva.....	160
10.3.1 Escritura Pública.....	160
10.3.2 Assembleia Geral de Constituição.....	161
10.4 Formalidades Complementares da Constituição – Fase Pós-constitutiva....	161
10.5 Registro do Comércio.....	163
10.6 Responsabilidade dos Fundadores e Administradores na Fase de Constituição da Sociedade Anônima .....	163

**CAPÍTULO XI – LIVROS SOCIAIS – REFERÊNCIA LEGAL: LEI Nº 6.404/76 (ARTS. 100 A 105).....**

11.1 Livros Sociais .....	165
11.2 Escrituração do Agente Emissor de Certificados.....	167
11.3 Dúvidas no Registro .....	168
11.4 Exibição dos Livros.....	168

**CAPÍTULO XII – SOCIEDADES QUE DEPENDEM DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR – COMPANHIAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS REFERÊNCIA LEGAL: CÓDIGO CIVIL (ARTS. 1.123 A 1.141)** ..... 171

12.1 Regra Geral da Constituição da Sociedade Anônima Sociedades que Dependem de Autorização Do Poder Executivo para Funcionar .....	171
12.2 Competência para Autorização .....	172
12.3 Condições para o Pedido de Autorização .....	173
12.4 Sociedades que Dependem de Autorização para Funcionar e a Forma de Subscrição do Capital .....	173
12.5 Sociedades Nacionais, Estrangeiras e Multinacionais .....	173
12.5.1 Sociedades Nacionais .....	173
12.5.2 Sociedades Estrangeiras .....	175
12.5.3 Sociedades Multinacionais .....	175
12.6 Regime Jurídico das Participações Acionárias Estrangeiras no Brasil .....	177

**CAPÍTULO XIII – ACIONISTAS – DIREITOS E OBRIGAÇÕES – REFERÊNCIA LEGAL: LEI Nº 6.404/76 (ARTS. 106 A 120)** ..... 179

13.1 Obrigações .....	179
13.1.1 Realizar o Capital .....	179
13.1.2 Exercício do Voto .....	182
13.1.3 Dever de Abstenção de Voto .....	183
13.2 O Acionista e seus Direitos .....	184
13.2.1 O Acionista .....	184
13.2.2 Classificação dos Acionistas .....	184
13.3 Os Direitos do Acionista .....	185
13.3.1 Direitos Essenciais .....	186
13.3.2 Participação nos Lucros Sociais .....	187
13.3.3 Participação no Acervo da Sociedade .....	188
13.3.4 O Direito de Fiscalizar a Gestão dos Negócios Sociais .....	189
13.3.5 O Direito de Preferência para Subscrição de Ações e outros Valores Mobiliários .....	190
13.3.5.1 Cessão do Direito de Preferência .....	191
13.3.5.2 Sobras .....	192
13.3.5.3 Exclusão do Direito de Preferência .....	192
13.3.5.4 Prazo para Exercício do Direito de Preferência .....	193
13.3.6 Direito de Retirada .....	193
13.3.6.1 Alterações Introduzidas na Disciplina Legal do Direito de Recesso ...	194
13.3.6.2 Outras considerações sobre o Direito de Recesso .....	203
13.3.7 O Direito de Voto .....	206
13.4 Acionista Controlador .....	210
13.4.1 Caracterização .....	210
13.4.2 Técnicas de controle interno e externo da companhia .....	213
13.4.3 Deveres .....	217

13.5 Acordo de Acionistas.....	220
13.5.1 Objeto do Acordo .....	221
13.5.2 Publicidade do Acordo de Acionistas .....	223
13.5.3 Prazo.....	224
13.5.4 Responsabilidade no Exercício do Direito de Voto .....	225
13.5.5 Execução Específica.....	225
13.5.6 Alterações Introduzidas pela Lei nº 10.303/01 .....	227
13.6 Suspensão do Exercício dos Direitos .....	229
13.7 Acionista Minoritário: Instrumentos e Mecanismos de Defesa na Lei nº 6.404/76 .....	230
13.8 Arbitragem.....	233

**CAPÍTULO XIV – ÓRGÃOS SOCIAIS DA COMPANHIA –  
A ASSEMBLÉIA GERAL DOS ACIONISTAS – REFERÊNCIA LEGAL:  
LEI Nº 6.404/76 (ARTS. 121 A 137).....**

14.1 Definição.....	235
14.2 Competência Privativa .....	236
14.3 Competência para Convocação .....	237
14.3.1 Modo de Convocação, Publicidade e Local.....	238
14.3.2 Convocação da Assembleia Geral em Sociedades de Pequeno Porte .....	240
14.3.3 Número de Convocações e Antecedência.....	241
14.3.4 Comparecimento de Todos os Acionistas à Assembleia Geral .....	242
14.4 Legitimação e Representação Voto a Distância.....	243
14.4.1 Representação .....	244
14.5 <i>Quorum</i> de Instalação e Deliberação .....	245
14.5.1 <i>Quorum</i> de Instalação .....	245
14.5.2 <i>Quorum</i> de Deliberação .....	246
14.5.3 <i>Quorum</i> Qualificado .....	247
14.6 Ata da Assembleia Geral.....	248
14.7 Espécies de Assembleia Geral.....	249
14.8 Documentos da Administração.....	252
14.9 Procedimento.....	253
14.10 Arquivamento e Publicação das Atas .....	254

**CAPÍTULO XV – ÓRGÃOS SOCIAIS – ADMINISTRAÇÃO DA  
COMPANHIA: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA –  
REFERÊNCIA LEGAL: LEI Nº 6.404/76 (ARTS. 138 A 144).....**

15.1 Razões da Alteração na Estrutura de Administração das Companhias Introduzida pela Vigente Lei Acionária.....	257
15.2 O Conselho de Administração .....	259
15.2.1 Algumas Regras Importantes sobre o Conselho de Administração .....	260
15.3 O Voto Múltiplo.....	263
15.3.1 O Voto Múltiplo na Lei nº 10.303/01 .....	271
15.4 A Competência do Conselho de Administração.....	275

15.4.1	Publicidade das Deliberações do Conselho de Administração .....	276
15.5	A Diretoria.....	277
15.5.1	Algumas Normas sobre a Diretoria .....	277

<b>CAPÍTULO XVI – ADMINISTRADORES – REFERÊNCIA LEGAL:</b>		
<b>LEI Nº 6.404/76 (ARTS. 145 A 160)</b> .....		279
16.1	Administrador da Companhia.....	279
16.1.1	Requisitos .....	280
16.1.2	Impedimentos Casos de Inelegibilidade .....	281
16.2	Garantia de Gestão .....	283
16.3	Investidura .....	283
16.4	Substituição e Término de Gestão .....	284
16.5	Renúncia .....	285
16.6	Remuneração dos Administradores .....	286
16.7	Deveres e Responsabilidades dos Administradores .....	287
16.7.1	Dever de Diligência .....	288
16.7.2	Finalidades das Atribuições e Desvio do Poder (Art. 154) – A Sociedade Anônima como Instituição .....	288
16.7.3	Administrador Eleito por Grupo.....	290
16.7.4	Práticas Proibidas aos Administradores .....	290
16.7.5	Ato de Liberalidade.....	291
16.7.6	Dever de Lealdade .....	292
16.7.6.1	Dever de lealdade/criminalização do uso indevido de informação privilegiada ( <i>insider trading</i> ) .....	293
16.7.7	Conflito de Interesses .....	299
16.7.8	Dever de Informar .....	300
16.7.9	Ato e fato relevante (Regulamentação Comissão de Valores Mobiliários CVM).....	301
16.7.9.1	Ato e fato relevante Divulgação e Comunicação .....	301
16.7.9.2	Fato relevante: outras normas importantes .....	303
16.8	Responsabilidade dos Administradores.....	304
16.8.1	Ato <i>Ultra Vires</i> .....	308
16.8.2	Responsabilidade Tributária dos Administradores .....	313
16.8.3	Instituições Financeiras – Responsabilidade Civil dos Administradores.....	315
16.8.4	Responsabilidade Civil dos Administradores – Responsabilidade Individual .....	316
16.8.5	Ação de Responsabilidade contra o Administrador da Companhia .....	317
16.8.6	Exclusão da Responsabilidade ( <i>business judgment rule</i> ).....	321
16.8.7	Responsabilidade Penal.....	323
16.8.8	Sanções Administrativas .....	324

<b>CAPÍTULO XVII – CONSELHO FISCAL – REFERÊNCIA LEGAL:</b>		
<b>LEI Nº 6.404/76 (ARTS. 161 A 165)</b> .....		325
17.1	O conselho fiscal na lei anterior .....	325

17.2	O conselho fiscal na vigente lei das sociedades anônimas .....	326
17.3	Pedido de funcionamento do conselho fiscal pelas minorias.....	329
17.4	Composição, normas de constituição e funcionamento (Regimento Interno) .....	329
17.5	Requisitos e Impedimentos .....	331
17.6	Remuneração .....	332
17.7	Competência e Pareceres.....	333
17.8	Deveres e responsabilidades .....	335
17.9	O Conselho Fiscal na Lei nº 9.457/97 .....	336
17.10	O Conselho Fiscal na Lei nº 10.303/01 .....	336
17.11	Comitês de Auditoria e Conselho Fiscal.....	338

**CAPÍTULO XVIII – MODIFICAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL – MODIFICAÇÃO DE AUMENTO – REDUÇÃO – REFERÊNCIA LEGAL: LEI Nº 6.404/76 (ARTS. 166 A 174).....**

		343
18.1	Alteração do Capital Social.....	343
18.2	Aumento do Capital.....	344
18.3	Aumento por Correção Monetária do Capital Social – Procedimento .....	344
18.4	Aumento do Capital por Autorização Estatutária.....	344
18.4.1	Estatuto --- Especificações.....	346
18.4.2	Opção de Compra de Ações.....	347
18.5	Aumento de Capital por Conversão, em Ações, de Debêntures ou Partes Beneficiárias e pelo Exercício de Direitos Conferidos por Bônus de Subscrição ou de Opção de Compra de Ações.....	347
18.5.1	Debêntures.....	348
18.5.2	Partes Beneficiárias.....	348
18.5.3	Bônus de Subscrição .....	348
18.6	Aumento por Deliberação da Assembleia Geral Extraordinária.....	349
18.6.1	Aumento de Capital Mediante Capitalização de Lucros e Reservas.....	349
18.6.2	Emissão de Ações Novas .....	350
18.6.3	Frações de Ações .....	350
18.6.4	Aumento de Capital Mediante Subscrição de Ações – Homologação do Aumento .....	350
18.6.5	Homologação do Aumento Segundo a Comissão de Valores Mobiliários ...	351
18.6.6	Formas de Subscrição .....	352
18.6.7	Aumento de Capital pela incorporação de passivo exigível.....	353
18.6.8	Preço de Emissão das Ações.....	354
18.6.9	Outras Regras sobre o Aumento de Capital por Subscrição de Ações.....	357
18.7	Direito de Preferência.....	358
18.7.1	Cessão do Direito de Preferência .....	359
18.7.2	Sobras .....	359
18.7.3	Exclusão do Direito de Preferência .....	360
18.7.4	Prazo para o Exercício do Direito de Preferência .....	360

18.8	Redução do Capital.....	361
18.8.1	Redução de capital: efeitos tributários decorrentes de procedimento de realização de ativos .....	362
18.9	Apêndice.....	364

<b>CAPÍTULO XIX – DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS – REFERÊNCIA LEGAL: LEI Nº 6.404/76 (ARTS. 201 A 205) .....</b>		
19.1	O Dividendo Obrigatório na Fase de Elaboração Legislativa.....	375
19.2	Política de Dividendos Obrigatórios .....	378
19.3	Normas que Atenuam a Exigência do Dividendo Obrigatório .....	381
19.4	Administradores: Participação nos Lucros e Dividendos Obrigatórios ....	382
19.5	Os Acionistas em Face do Ato de Declaração de Dividendos – Ações Negociadas nas Bolsas de Valores .....	385
19.6	Base de Cálculo do Dividendo Obrigatório .....	386
19.7	Ordem de Prioridade na Destinação do Lucro Líquido do Exercício.....	386
19.8	Dividendos Intermediários .....	387
19.9	Procedimentos para o Pagamento dos Dividendos Obrigatórios.....	388
19.9.1	Imposto de Renda.....	388
19.9.2	Dividendo das Ações Negociadas em Bolsa.....	389
19.9.3	Dividendo <i>Pro Rata Temporis</i> .....	389
19.9.4	Dividendo Obrigatório e Ações Preferenciais.....	390
19.9.5	Juros Pagos a Título de Remuneração de Capital Próprio e os Dividendos...390	
19.10	Redução e Elevação do Dividendo Obrigatório.....	391

<b>CAPÍTULO XX – DISSOLUÇÃO – LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DA SOCIEDADE – REFERÊNCIA LEGAL: LEI Nº 6.404/76 (ARTS. 206 A 219).....</b>		
20.1	Dissolução .....	393
20.1.1	Pelo Término do Prazo de Duração .....	393
20.1.2	Dissolução nos Casos Previstos no Estatuto Social .....	394
20.1.3	Dissolução por Deliberação da Assembleia Geral.....	394
20.1.4	Dissolução pela Existência de Único Acionista.....	394
20.1.5	Dissolução pela Extinção da Autorização para Funcionar.....	395
20.1.6	Dissolução por Decisão Judicial .....	395
20.1.7	Falência.....	397
20.1.8	Dissolução da Sociedade por Decisão de Autoridade Administrativa – Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras.....	399
20.1.9	Liquidação Extrajudicial e Falência.....	400
20.1.10	Dissolução Parcial (Exclusão do Acionista da Sociedade Anônima)....	401
20.1.10.1	Dissolução parcial de sociedade por ações no novo CPC .....	404
20.2	Liquidação .....	406
20.2.1	Liquidação Ordinária (Privada) da Companhia .....	407
20.2.2	Liquidante .....	408
20.2.3	Direitos dos Credores na Liquidação .....	409

20.2.3.1 Redução do Capital Social de Sociedade por Ações em Regime de Liquidação Ordinária .....	409
20.2.4 Liquidação judicial .....	411
20.3 Extinção da Companhia .....	412

**CAPÍTULO XXI – TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E  
CISÃO DA COMPANHIA – REFERÊNCIA LEGAL: LEI Nº 6.404/76  
(ARTS. 220 A 233).....**

21.1 Transformação .....	413
21.1.1 Deliberação da Transformação.....	414
21.1.2 Renúncia ao Direito de Retirada .....	416
21.2 Incorporação, Fusão e Cisão .....	416
21.2.1 Reorganização Societária e Concentração Empresarial .....	417
21.2.2 Normas Gerais .....	420
21.2.3 Protocolo (Incorporação, Fusão e Cisão).....	420
21.2.4 Justificação (Incorporação, fusão e Cisão) .....	424
21.2.4.1 Formação do capital .....	426
21.2.5 Debenturistas .....	427
21.2.6 Averbação da Sucessão .....	427
21.2.7 Direito de Retirada.....	428
21.2.8 Companhias Abertas.....	429
21.3 Incorporação.....	430
21.3.1 Incorporação de companhia controlada.....	433
21.3.2 Incorporações pela controladora e pela controlada .....	434
21.3.3 Conflito de Interesses na incorporação de companhia controlada .....	436
21.3.4 Cálculos das relações de substituição das ações dos acionistas não controladores da companhia controlada .....	436
21.3.5 Incorporação de companhia controlada: avaliação dos dois patrimônios (§ 1º do art. 264) .....	439
21.3.6 Direitos dos credores na incorporação.....	439
21.3.6.1 Anulação do negócio jurídico .....	439
21.3.6.2 Pedido de Anulação: Consignação em pagamento (§ 1º do art. 232) ...	441
21.3.6.3 Anulação: Dívida Ilíquida.....	442
21.4 Fusão.....	442
21.5 Cisão .....	443
21.5.1 Normas específicas relativas à cisão .....	443

**CAPÍTULO XXII – SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – REFERÊNCIA LEGAL: LEI Nº 6.404/76 (ARTS. 235 A 242).....**

22.1 Definição Legal .....	447
22.2 Intervenção do Estado no Domínio Privado.....	449
22.3 Regência Legal das Sociedades de Economia Mista.....	450
22.3.1 Sociedades Anônimas de Economia Mista de capital aberto e Comissão de Valores Mobiliários.....	451

22.3.2	Sociedades Anônimas de Economia Mista de Capital Fechado- Demonstrações Financeiras.....	452
22.4	Características e Normas Especiais Aplicáveis às Sociedades de Economia Mista .....	452
22.4.1	Constituição .....	453
22.4.2	Objeto .....	453
22.4.3	Participação (Sociedades de economia mista de 2º grau) .....	453
22.4.4	Administração .....	455
22.4.4.1	Auditoria Interna, Comitê Estatutário e Comitê de Auditoria Estatutário..	457
22.4.5	Conselho Fiscal e Tribunal de Contas .....	458
22.4.6	Falência .....	459
22.4.7	Dissolução .....	461

**CAPÍTULO XXIII – MODALIDADES ESPECIAIS DE SOCIEDADES ANÔNIMAS: SOCIEDADES COLIGADAS, CONTROLADAS E CONTROLADORAS SUBSIDIÁRIA INTEGRAL – GRUPO DE SOCIEDADES – CONSÓRCIO – REFERÊNCIA LEGAL: LEI Nº 6.404/76 (ARTS. 243 E 265 A 279)** .....

23.1	Sociedades Coligadas, Controladas e Controladoras.....	463
23.1.1	Conceitos .....	464
23.1.2	Sociedades de Participação e Empresas <i> Holding </i> .....	465
23.1.2.1	Utilidades da Empresa <i> Holding </i> .....	468
23.2	Obrigações impostas às sociedades coligadas, controladas e controladoras ..	469
23.2.1	Relatório Anual da Administração .....	469
23.2.2	Participação Recíproca .....	470
23.2.2.1	Participação recíproca decorrente de incorporação .....	471
23.2.3	Companhias Abertas .....	472
23.2.4	Responsabilidade dos Administradores e das Sociedades Controladoras....	473
23.2.5	Ação de Responsabilidade contra a Sociedade Controladora.....	473
23.2.6	Demonstrações Financeiras .....	475
23.3	Subsidiária Integral .....	475
23.3.1	Incorporação de Ações e Fechamento Branco de Capital .....	478
23.3.2	Reversão de Subsidiária Integral em Sociedade Pluripessoal.....	480
23.4	Grupo de Sociedades.....	481
23.4.1	Características do Grupo de Sociedades (arts. 265 a 277).....	482
23.5	Consórcio.....	484
23.5.1	Requisitos do Contrato de Consórcio .....	486

**CAPÍTULO XXIV – ALIENAÇÃO DE CONTROLE DE COMPANHIA ABERTA – REFERÊNCIA LEGAL: ART. 254-A** .....

24.1	Nota sobre as edições anteriores .....	489
24.2	Histórico .....	490
24.3	A revogação do art. 254 e dos §§ 1º e 2º do art. 255 da LSA .....	492
24.4	A alienação de controle na Lei nº 10.303/01 .....	493

24.4.1 Alienação de controle por via indireta.....	494
24.4.2 Agência Reguladora (CVM) – Normatização .....	495
24.4.3 Alienação de Controle e Aquisição de Controle .....	496
24.4.4 O pagamento de prêmio aos acionistas minoritários (Prêmio de Permanência) .....	497
24.5 Alienação de Controle de Companhia Aberta Sujeita a Autorização para Funcionar .....	498
24.6 Direito de Retirada na Alienação de Controle .....	498
24.7 Direito das Ações Preferenciais na Alienação de Controle .....	499
24.8 Transferência de Controle e Fato Relevante.....	500
24.9 Decisões administrativas (Comissão de Valores Mobiliários) Laudo de Avaliação em OPA por alienação de controle .....	501
 BIBLIOGRAFIA .....	 505
 ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO .....	 511